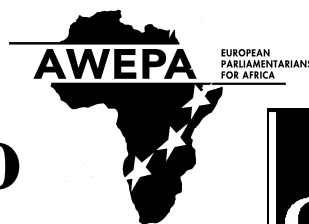


Boletim sobre o processo político em Moçambique



Número 37 – 15 de Dezembro de 2008

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)
Editor Adjunto: Adriano Nuvunga

O material pode ser reproduzido
livremente, mencionando a fonte

Publicado por AWEPA e CIP

AWEPA, Parlamentares Europeus para a África
Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo
Tel: +258 21 418 603, 21 418 608, 21 418 626
Fax: +258 21 418 604 e-mail: awepa@aweпа.org.mz
Anteriormente chamado *Boletim sobre o processo de paz em Moçambique* (<http://www.tinyurl.com/mozamb>)

CIP, Centro de Integridade Pública
Av. Amílcar Cabral 903, 1º (CP 3266) Maputo
Tel: +258 21 327 661, 82 301 639
Fax: +258 21 327 661 e-mail: cipmoz@tvcabo.co.mz

A Frelimo ganha 41 de 43

Segunda volta em Nacala

Má conduta na Ilha de Moçambique

A 19 de Novembro, a Frelimo esmagou uma oposição cada vez mais fraca ao ganhar maiorias em 42 de 43 assembleias municipais, e ganhar o cargo de presidente do município, em 41. Pela primeira vez, haverá uma segunda volta - em Nacala - porque nenhum candidato ganhou mais de metade dos votos.

O Conselho Constitucional ainda tem de aprovar os resultados e decidir sobre os protestos da Renamo, provavelmente não o fará até Janeiro. A eleição de Nacala deve realizar-se no prazo de 30 dias após a decisão do CC, portanto provavelmente não se realizarão até Fevereiro.

A afluência às urnas foi elevada para uma eleição local atingindo os 46%, comparados a 28% em 2003, nas eleições municipais, e 43% em 2004 nas eleições nacionais. Havia longas filas em todos os lugares. Estava previsto que a votação parasse às 6 da tarde (18:00), mas todos os que estavam na fila, àquela hora seria autorizada a votar. A votação continuou até à meia-noite no Monapo e Beira e até depois da 23:00 na Nacala, Mocimboa da Praia, e em outros lugares. Alterações processuais serão claramente necessárias para as eleições nacionais de 2009 (ver página 7).

Em geral, a eleição foi bem executada em todos os lugares, excepto na Ilha de Moçambique (ver página 9). A transparência melhorou significativamente desde as tão criticadas as eleições nacionais de 2004, mas muitos problemas ainda subsistem (veja a página 2).

Havia 1124 observadores nacionais e 130 obser-

Pequenos grupos perderam terreno

Quatro partidos pequenos e três listas de cidadãos ganharam assentos nas assembleias mas, em geral, os pequenos contendores perderam terreno, excepto na Beira.

Os dois partidos com alguma presença nacional, o PIMO que tinha um lugar em cada uma de três assembleias e o PDD, que (como IPADE) tinha também apenas um lugar em duas assembleias, ficaram reduzidos a um único assento cada um na Beira. Dois outros pequenos partidos ganharam um único assento - Monamo (Cuamba) e Unamo (Milange).

Três listas de cidadãos também ganharam assentos. Um novo grupo, o GDB, ganhou 7 assentos na Beira. O único grupo a ter ganho assentos em todas as três eleições municipais é o Juntos Pela Cidade (JPC), mas ficou reduzido a uma posição marginal - de 15 lugares em 1999 para 5 lugares em 2003 para apenas 2 neste ano. O Naturma, que ganhou 5 lugares na Manhica em 1999, e não concorreu em 2003, ganhou um único assento este ano.

vadores estrangeiros, e uma contagem paralela foi realizada em 13 dos municípios mais sensíveis. Isto ajudou a manter a honestidade do processo, especialmente quando as comissões de eleições da cidade em Nacala e na Beira pareciam estar a sujeitar-se a pressões políticas (veja a página 3).

A Beira foi o foco das atenções. À última hora, a Renamo decidiu não apresentar o altamente respeitado presidente do município, Daviz Simango, para re-eleição. Os apoiantes de Simango ficaram indignados, e foi organizada uma candidatura independente, em menos de uma semana. Entretanto, a Frelimo tinha dado a sua maior prioridade para reconquistar a terceira maior cidade do país. Simango fez campanha em grande parte com voluntários, enquanto a Frelimo jogou ministros e quantidades substanciais de dinheiro para a batalha. A afluência foi de 57% e Daviz Simango ganhou 62% dos votos, comparado com apenas 34% para o candidato da Frelimo, Lourenço Bulha. Simango não teve tempo para organizar uma lista de candidatos para a assembleia, e nenhum partido tem uma maioria. A assembleia tem 19 membros da Frelimo, 17 da Renamo, 7 de uma nova lista de cidadãos (Grupo para a Democracia na Beira, que não apoiava Daviz), e 1 para cada PIMO e PDD. Isto significa Simango terá pela frente uma administração muito turbulenta.

Entretanto, a Frelimo também se recusou a apoiar o seu bom, honesto e bastante independente presidente da cidade de Maputo, Eneas Comiche, para a reeleição e, em vez dele, escolheu o Ministro

da Juventude, David Simango, que é visto como mais próximo de estruturas partidárias. A disciplina da Frelimo prevaleceu e Comiche saiu tranquilamente. Mas isso significa a primeira e a terceira maiores cidades do país são chefiadas por pessoas cujos nomes diferem apenas por uma letra – o que já está a provocar uma enorme confusão.

Um resumo dos resultados por municípios foi publicado no site do STAE: <http://www.stae.org.mz/media/summaryElectoralResult.pdf>

Oposição em tumulto

No escrutínio para presidente, a Frelimo teve mais de dois terços dos votos em 33 das 43 cidades. Há actualmente 9 municípios com nenhum membro da Renamo na assembleia e 8 em que tem apenas um.

Mas ainda há uma oposição. A Frelimo perdeu na Beira, e o despique em Nacala, Gurué, Quelimane e Marrromeu foi muito renhido. Mas a campanha aconteceu em grande parte sem a participação da sede central da Renamo, o que deixou os candidatos à presidência municipal a organizar as suas próprias campanhas.

Na Beira o candidato da Renamo a presidente, Manuel Pereira, recebeu apenas uns irrisórios 3% dos votos - uma bofetada directa na cara do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, que impôs Pereira no lugar de Daviz. A Renamo continua a ser o único verdadeiro partido da oposição, mas está agora em tumulto com os seus activistas a avaliar o desastre desta eleição.

Maior transparência - principalmente em teoria

Este processo eleitoral foi muito mais aberto e transparente do que no passado. O STAE tem um website onde publicou um resumo dos resultados e algumas decisões da CNE. O *Boletim* e os observadores assistiram à requalificação dos nulos numa atmosfera amigável e aberta.

Também, numa mudança de política bastante importante, o STAE realizou uma rápida contagem provisória, que foi anunciada à imprensa e na televisão, nos dias que se seguiram à eleição. Feita à pressa, para tentar competir com a Rádio Moçambique e Observatório Eleitoral, tinha erros inevitáveis, mas pela primeira vez deu uma boa e rápida imagem do resultado.

Isto contrasta fortemente com as eleições de 2003 e 2004 quando a CNE e o STAE foram fortemente atacadas por um nível de sigilo que o ex-presidente Jimmy Carter dos Estados Unidos da América disse ser pior do que em qualquer outra eleição ele tinha observado. Depois de uma relutância inicial em ser mais aberta, este ano, o CNE emitiu regulamentos, que permitem aos observadores: "Consultar as deliberações, directivas, regulamentos e instruções dimanadas da Comissão Nacional de Eleições e do STAE em matéria de sufrágio eleitoral" e "Observar as operações subsequentes do sufrágio eleitoral em todos os escalões, nomeadamente a centralização e apuramento dos resultados eleitorais ao nível do distrito, da cidade, da província e central. "

Até agora, os resultados têm sido mistos. Uma forte cultura de secretismo continua a existir, e muitas vezes o acesso depende de indivíduos e contactos pessoais.

Assim, oficialmente o acesso às deliberações da CNE é através seu website, mas o atraso na sua publicação na internet é de cerca de três meses. Deste modo, decisões sujeitas a protesto da Renamo, como a 125 e a 129 sobre os eleitores não constantes no registo (consulte a página 5), que foram feitas na semana anterior à eleição, nunca foram publicadas. Um oficial de imprensa do STAE gentilmente se disponibilizou a procurá-las, mas não houve nenhum sistema para as disponibilizar com regularidade.

Ainda mais grave, as listas dos candidatos aprovados nunca foram facilmente disponibilizadas. Elas foram, conforme exigido por lei, afixadas nos quadros de avisos da sede da CNE, mas nunca foram distribuídas de forma mais alargada ou colocadas na internet. Então, as pessoas foram às urnas sem saber os nomes das pessoas das listas de candidatos às assembleias, dos partidos.

Mas mantém-se o secretismo dos computadores

A grande paranóia e obsessivo sigilo sobre sistemas de computador continua a ser a maior falta de transparência.

Um sistema novo e, aparentemente, muito melhor foi criado para entrada dos resultados dos editais e sua tabulação e análise. Mas a CNE e o STAE rejeitaram repetidos pedidos solicitando que os técnicos de computador discutissem o sistema com o *Boletim*.

Sensatamente, a entrada dos dados foi descentralizada para as comissões provinciais eleitorais, e cada província tinha uma terminal de computador especial para permitir aos delegados partidários, observadores e imprensa, verificar a versão do edital no computador e compará-la com as contagens paralelas e as cópias dos editais dadas aos partidos após a contagem nas assembleias de voto. Mas o acesso ao terminal não é aberto.

COMENTÁRIO

CNE está mais aberta, mas o sigilo e a desconfiança mantém-se

O aumento da abertura da CNE e STAE é real e bem-vinda, bem como o empenho dos escalões superiores parece ser verdadeiro. Mas a transparência deve ser implementada de forma sistemática. Ela não pode depender do capricho e da boa vontade das pessoas, porque desta forma pode sempre ser retirada.

Os apoiantes de Daviz Simango na Beira alegam de que a não publicação das listas dos candidatos aconteceu porque isto permitiu à CNE fazer alterações ilegais posteriores. Do mesmo modo, o Conselho Constitucional rejeitou uma série de decisões da CNE que eram contraditórias e mal escritas. Os críticos dizem que estas e outras decisões importantes nunca foram publicados na web, porque a CNE estava envergonhada com a má qualidade da sua redacção jurídica.

Sigilo significa que estas alegações não podem ser contestados, e muita gente chegou a pensar o

Em Nampula, os nossos correspondentes (ambos bem conhecidos jornalistas locais) quiseram olhar para os dados de Nacala. Foi-lhes dito que apenas o presidente da comissão provincial eleitoral ou director provincial do STAE poderiam autorizá-los a ter acesso ao computador, e durante mais de uma semana os dois estiveram muito ocupados em reuniões, para fazê-lo. O acesso nunca foi concedido.

Em Maputo, foi necessário sentar e esperar pelo director do STAE que, depois de uma conversa amigável, autorizou o acesso porque reconheceu o editor do *Boletim*.

Um problema semelhante aplica a uma consistente recusa do STAE para fornecer informações em formato electrónico, mesmo quando ela já existe. Por exemplo, a lista dos centros de voto (principalmente escolas) foi publicada num jornal como publicidade e deve existir em formato electrónico – mas o STAE, recusou-se a dá-la aos observadores, que tiveram que a copiar do jornal. E nunca foi fornecida qualquer lista de numeros das assembleias de voto.

pioir sobre a CNE e que cada vez mais desconfiam dela. Acredita-se que a CNE mantém o seu sistema de computador secreto porque tem algo a esconder. O sigilo cria as condições nas quais os boatos e a distorção se alimentam.

Integridade e confiança no sistema eleitoral exige abertura automática e rápida liberação de documentos. Só a transparência que não depende de contatos e caprichos individuais poderá mostrar aos partidos e ao público que a CNE não tem nada a esconder.

Joseph Hanlon

Observação e contagem paralela mantido o sistema honesto

Os observadores e uma contagem paralela providenciaram uma verificação importante sobre o processo eleitoral, e ajudaram a bloquear a forte pressão política sobre Beira e Nacala.

Havia 1124 observadores nacionais e 130 observadores estrangeiros, bem como 594 jornalistas. Os observadores estrangeiros eram diplomatas das embaixadas em Maputo. O Observatório Eleitoral tinha 1000 observadores, e realizou uma contagem paralela nos 13 principais municípios.

A contagem paralela mostrou-se altamente precisa e foi publicada. A contagem confirmou a grande afluência e as vitórias da Frelimo vitórias em 11 dos municípios, mas foi particularmente

importante em dois combates chave, na Beira e em Nacala. Em ambas as cidades, os quadros superiores da Frelimo declararam vitória - dizendo que não haveria segunda volta em Nacala e que a Frelimo teria ganho uma maioria na assembleia Beira. Aparentemente, sentindo-se sob grande pressão e sem vontade de dizer não para as pessoas importantes, as comissões de eleições apoiaram esta versão nos seus resultados intermédios. Foi anunciado que o candidato Frelimo

em Nacala, Chalé Ossufo, tinha ganho com uma margem de 50.3%, evitando assim uma segunda volta, enquanto que a Frelimo teria ganho 52,7% dos votos para a assembleia na Beira.

As contagens paralelas mostraram que essas contagens oficiais intermédias não eram correctas, e foram publicadas no *Boletim* e na imprensa independente. Quando a CNE publicou os resultados finais, em 4 de Dezembro, estes estavam muito próximos da contagem paralela, e os resultados oficiais intermédios foram rejeitados. As comissões provinciais de eleições podem vergar-se sob fortes ventos políticos, mas com o suporte das amplamente divulgadas contagens paralelas, a CNE não se vergou.

O Observatório Eleitoral é a organização local mais experiente e tem feito observação em várias eleições passadas, bem como o último

recenseamento. É uma iniciativa conjunta da AMODE (Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Democracia), do CEDE (Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento), do CCM (Conselho Cristão de Moçambique), do CISLAMO (Conselho Islâmico de Moçambique), da Igreja Católica, do FECIV (Instituto de Educação Cívica), da LDH (Liga dos Direitos Humanos) e da OREC (Organização para a Resolução de Conflitos).

FOMOE (Fórum Moçambicano de Observação Eleitoral), que pela primeira vez observou eleições em 2004, tinha observadores em seis províncias. É uma associação de organizações não-governamentais no Fórum das ONGs Nacionais (FON) assim como de indivíduos, sobretudo estudantes universitários e académicos, e é vista como sendo próxima da Frelimo.

Houve inicialmente alguma dificuldade em registrar observadores. A CNE mudou os procedimentos de candidatura à última hora, forçando o Observatório Eleitoral a voltar a submeter muitas das suas fichas. E algumas províncias eram muito lentos na emissão credenciais, entregando algumas na véspera do dia da votação - o que impediu a vigilância oficial da campanha eleitoral em alguns lugares.

Papel central para os editais

O sistema eleitoral de Moçambique está no seu melhor, ao nível local. Cada assembleia de voto serve até 1000 eleitores, e é geralmente numa sala de aula. Cada assembleia tem o seu próprio pessoal (a mesa). Assim que a assembleia de voto encerra, a contagem é feita na assembleia, na presença de delegados do partido, observadores e jornalistas.

Quando a contagem está concluída, a mesa escreve um edital. Este edital é submetido às comissões eleitorais distritais e provinciais para as suas contagens. Mas mais importante ainda, por lei, cópias assinadas são dadas aos delegados dos partidos presentes e uma cópia é afixada à porta da assembleia de voto. Isto permite contagens paralelas.

O Observatório Eleitoral pelas suas contagens paralelas e a Rádio Moçambique pelos os seus relatórios de resultados, e em seguida, a leitura dos números fornecidos pelos editais afixados. Isto deveria evitar qualquer manipulação após a contagem inicial.

Com efeito, depois de a comissão eleitoral da cidade de Nacala ter anunciado uma contagem intermédia com 50,3% para a Frelimo, a Renamo forneceu as suas cópias oficiais de todos os 99 editais ao *Boletim* e ao Observatório Eleitoral, para apoiar a sua alegação de que era necessária uma segunda volta - como se provou ser o caso.

Sem as cópias dos editais, os candidatos estão reduzidos a dizer eu sei que devo ter ganho, porque toda a gente diz que votou em mim - como alegam os candidatos da Renamo em Cuamba e Montepuez.

Boletim sobre o processo político em Moçambique

Mozambique Political Process Bulletin

A nossa cobertura das eleições locais foi realizada por uma equipe de 50 pessoas, incluindo jornalistas em todos os 43 municípios. Durante o processo eleitoral, publicámos 21 *Boletims* especiais. A presente edição do *Boletim* resume a nossa cobertura, e também contém os resultados finais.

Os nossos correspondentes nos municípios incluíram: Alves Alexandre, André Catueira, Ângelo Chipanga, Antonio Adiosse, Antonio Mucale, Armando Junior, Aurélio Argentino, Carlos Muhla, Faruco Sadique, Jonas Wazir, Julio Paulino, Luis Rodrigues, Maria Sarmento, Nelito Ibraimo, Nordino Manhique, Otilia Benedito, Rafael Quive, e Stevem Mapira.

Este ano, nossa cobertura eleitoral alargada incluiu duas inovações. Temos agora um website: <http://www.cip.org.mz/pub2008/>

E, pela primeira vez, "correspondentes populares" foram capazes de nos enviar mensagens de texto (SMS), com informações sobre o desenrolar das eleições.

=====
Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)
Editor Ajunto: Adriano Nuvunga
Assistente da Pesquisa: Tânia Frechauth
Tradução de: João Donato

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

Publicado por AWEPA, Parlamentares Europeus para a África, e CIP, Centro de Integridade Pública

Para assinar:

In English: <http://tinyurl.com/mz-en-sub>

Em Português: <http://tinyurl.com/mz-pt-sub>

Boletims anteriores em:

<http://www.tinyurl.com/mozamb/>

Mas ambos os nossos correspondentes e a Renamo sustentam que em alguns locais, tais como em Mocuba, os editais não foram afixados e as cópias não foram entregues aos delegados dos partidos. Os presidentes das assembleias de voto alegaram que tinha sido "instruídos" para não publicar e distribuir cópias. Isto está em violação directa da lei e é crítico dado que torna impossível a reclamação.

Elogios Internacionais às eleições - mas com reservas

"A Missão de Observadores Internacionais constatou que, no geral, as eleições de 19 de

Novembro foram bem conduzidas", relatou o grupo de 89 diplomatas estrangeiros que observou as eleições municipais em 18 municípios. "No geral, todas as regras eleitorais foram observadas, tendo o processo sido transparente."

Mas os observadores também levantaram algumas críticas:

- Algumas pessoas não puderam votar porque as estações de voto fecharam quando ainda havia pessoas nas bichas.

- Houve "problemas específicos" na Ilha de Moçambique.

A declaração completa da Missão de Observadores Internacionais está em: http://www.cip.org.mz/pub2008/ndoc2008/122_Declaracao%20dos%20observadores%20internacionais%20-%202028.11.08.pdf

Problemas amplamente relatados

Embora o processo eleitoral tenha sido em geral muito bem conduzido, quatro conjuntos de problemas vieram à superfície, em pelo menos algumas assembleias de voto na maior parte dos municípios: o encerramento cedo das mesas de voto, a falta de nomes nos cadernos, presidentes que não afixaram os resultados ou aceitaram protestos, e forças policiais muito próximas às assembleias de voto.

Encerramento precoce

Estava previsto parar a votação às 18:00 horas, mas a lei especifica que todos os que estivessem na bicha às 18:00 horas deviam ser autorizados a votar. A enorme afluência significou que muitas mesas de voto tiveram que ficar abertas. O kit das assembleias de voto contém um livro de senhas para dar a toda a gente na bicha para provar que

estavam lá às 18:00 horas.

Na maioria dos locais isto foi feito correctamente. Mas houve relatos generalizados, incluindo Maputo e Matola, de mesas de voto que fecharam com pessoas ainda nas bichas. Em Tete e na Beira os eleitores nas bichas rebelaram-se, reivindicando seu direito de voto, e a polícia foi chamada a intervir.

Nomes em falta

As impressões computarizadas dos cadernos eleitorais estavam bastante bem organizadas, por ordem alfabética com pequenas fotos dos eleitores. Mas foi largamente noticiado que havia nomes em falta nas listas impressas pelo computador. No momento do recenseamento, é também produzido um livro manuscrito, e a maioria das assembleias de voto também tinha o livro manuscrito. Assim, os nomes de muitos eleitores em falta nas impressões do cadastro computarizado foram encontrados nos livros escritos à mão, e puderam votar.

O candidato a Presidente do Município de Montepuez pela Renamo, Fernando Tomé, por exemplo, não estava no caderno informatizado, mas podem votar pois estava registado nas listas do recenseamento manual.

Mas em alguns locais, nomeadamente Nampula, as assembleias de voto não tinham o livro manuscrito, e muitos eleitores com cartões de voto válidos, não foram autorizados a votar.

A questão ficou ainda mais confusa por um conjunto de decisões contraditórias por parte da Comissão Nacional de Eleições (CNE). Em 12 de Novembro, na Deliberação 125, a CNE deliberou que quem aparecesse na assembleia de voto com um cartão do eleitor, mas que não estivesse no registada no caderno de recenseamento, devia ser

Quem dirige a eleição

O processo eleitoral é conduzido pela **CNE** (Comissão Nacional de Eleições). A CNE tem 13 membros, dos quais cinco são nomeados pelos partidos com assento no parlamento (3 pela Frelimo, 2 pela Renamo) que escolhem em seguida os outros membros e a presidência, a partir das candidaturas apresentadas pela sociedade civil. A CNE é permanente e serve por cinco anos.

Abaixo da CNE, existem as comissões provinciais e, em seguida, as comissões eleitorais da cidade ou distrito, com 11 membros - cinco dos partidos e seis cooptados da sociedade civil. Mais uma vez, o mandato das comissões é de cinco anos, mas apenas durante os períodos eleitorais e de recenseamento.

O verdadeiro trabalho de organizar o processo eleitoral é realizado pelo **STAE** (Secretariado Técnico da Administração Eleitoral), que existe em todos os três níveis - nacional, provincial e distrital/cidade - e submete-se à comissão eleitoral.

autorizado a votar, com o respectivo nome e número de cartão escritos no final dos cadernos. Mas essa decisão foi realmente muito mal redigida - provavelmente a intenção era que as pessoas só pudessem votar na mesa de voto correspondente ao cartão (o cartão de eleitor contém o número de registo, que é também o número da mesa de voto). Mas, de facto, ela não continha essa restrição, e pôde ser interpretada como uma autorização para votar em qualquer lugar. Assim, em 18 de Novembro, na véspera do dia da votação, a CNE na Deliberação 129 revogou essa parte da Deliberação 125.

A Renamo afirma também que registos impressos por computador contém pessoas que não figuram no registo manual e, assim, houve pessoas indevidamente acrescentados às listas após o recenseamento ter encerrado. E fornece alguns dados para apoiar a sua alegação. Afirma que em Gúruè, cinco cadernos impressos por computador tinham mais eleitores do que na versão manual - para o livro 564, haviam 100 nomes extras.

Na mesa de voto 197 em Angoche, a Renamo sustententa que haviam 1000 nomes no registo manuscrito, mas apenas 986 no registo informatizado - 14 nomes deixados de fora da lista. Mas a surpreendente reivindicação foi que 58 pessoas conseguiram votar após encontrar o seu nome na lista manual, mas não na lista informatizada. Mas isso é mais do que os 14 nomes deixados fora da lista - o que sugere a existência de pelo menos 44 nomes na lista informatizada que não foram registados na lista manuscrita elaborada na altura do recenseamento. A Renamo alega que essas são pessoas de fora do município que foram indevidamente acrescentadas à lista após o fecho do processo de recenseamento.

- Mocuba teve o menor índice de afluência, com 31%. A Renamo afirma que a maior parte das pessoas em sete mesas de voto na Escola Básica Agrária, não puderam votar por causa de problemas com os cadernos, e isto foi confirmado pelo nosso jornalista local.

Não seguimento das regras

Duas queixas sobre os presidentes das assembleias de voto foram relatados de diversas partes do país. Alguns presidentes não afixaram os editais e / ou recusaram-se a dar cópias aos observadores e delegados dos partidos, como estipulado na lei.

E houve uma série de relatos, inclusive da parte dos observadores, de presidentes das Assembleias de Voto que se recusaram a aceitar protestos oficiais da Renamo.

Polícia perto demais

Houve muitas mais queixas do que no passado, sobre o facto de a polícia estar demasiado perto das estações de voto. A lei exige que a polícia esteja a mais de 300 metros das assembleias de voto, mas

Catch 22

Só podem ser aceites os protestos falsos

Na sua própria versão de "Catch 22", a CNE deliberou que alguns protestos da Renamo só podem ser aceites se não forem verdadeiros.

Na Deliberação 135 de 29 de Novembro, a CNE deliberou que ela só pode aceitar protestos acerca do dia das eleições, desde que estes tenham sido submetidos, em primeira instância, ao pessoal da assembleia de voto.

Mas uma das queixas mais comuns da Renamo é que o pessoal das assembleias de voto se recusa a aceitar os seus protestos formais, e chamam a polícia para os expulsar da assembleia de voto

Assim, se o protesto é válido, então a CNE diz não poder considerá-lo porque não foi primeiro aceite pela assembleia de voto. Mas se o protesto foi aceite e a CNE pode considerá-lo, então, por definição, não é verdade.

os regulamentos da CNE dizem também que a polícia deve estar em posição de as ver com facilidade. Em muitos lugares, isso é impossível, e então, o bom senso determinou que a polícia estivesse muitas vezes a menos de 300 metros.

Mas muitos correspondentes e observadores relataram que a polícia estava por vezes muito mais perto do que o necessário. Em assembleias de voto na Macia e no Monapo, elementos da polícia estiveram de facto sentados ao lado do pessoal das assembleias de voto, o que os nossos correspondentes relataram como uma intimidação dos eleitores. Em Nacala, os policias estavam em pé junto à porta da assembleia de voto.

Espreitando por cima do ombro

Os delegados de partido têm direito a estar suficientemente perto da mesa da assembleia de voto para acompanhar o que vai acontecendo. Isto provou ser conflituoso. Por exemplo, para ver se os nomes são correctamente marcados, é necessário ficar relativamente perto do secretário da assembleia de voto.

Mas às vezes os membros mesa queixaram-se que os delegados da Renamo se debruçavam cima das suas cabeças e atrasavam o seu trabalho, e os Presidentes e a polícia pediram por vezes aos delegados da Renamo para se afastarem. Mas a Renamo alegou que foram afastados para muito longe. Em Cuamba, dizem, o STAE insistiu que os delegados dos partidos estivessem a 4 metros da mesa - demasiado longe para seguir o que realmente estava acontecendo.

A Renamo queixou-se de favorecimento à Frelimo em muitas mesas de voto, e afirmou que em

alguns municípios, quadros locais do partido Frelimo elaboraram listas dos membros do partido para serem membros efectivos das assembleias de voto e passaram-nas para o STAE. Em pelo menos uma cidade, este foi confirmado pelo nosso jornalista

local. Outra queixa muito comum da Renamo foi a de que com a existência de bichas grandes e lentas, em muitas nas assembleias de voto conhecidos eleitores da Frelimo foram autorizadas a formar uma fila separada para votar em primeiro lugar.

Pensando em 2009

Conseguirão as assembleias de voto aguentar?

A elevada afluência às urnas originou enormes e por vezes descontentes filas, e fez com que algumas assembleias de voto ficassem abertas até depois da meia-noite, seis horas após o tempo normal de encerramento. Isto levanta questões sérias para as eleições nacionais de 2009 - algo terá de que mudar.

Os problemas deverão piorar em 2009, porque haverá três boletins de voto e três urnas, em vez de apenas dois. Para além da votação nacional para Presidente e para o parlamento, os eleitores também votarão para as novas assembleias provinciais.

Actualmente, cada assembleia de voto tem um registo até 1000 eleitores. Com níveis de afluência que poderão chegar até 75%, isso implica que 750 eleitores deverão ser atendidos em 11 horas, o que significa menos de um minuto por eleitor. Poucas mesas de voto poderão fazê-lo, e a maior parte delas gastou dois minutos ou mais por eleitor.

Os observadores internacionais disseram que "tendo em conta o número de eleitores previstos para cada mesa, seria muito difícil que todos os eleitores registados pudessem exercer o seu direito de voto durante o tempo previsto."

O Observatório Eleitoral, por outro lado, lançou a culpa principalmente na falta de formação do

peçoal. Em particular, o Observatório e muitos de seus observadores referiram a enorme variação no tempo necessário para lidar com os eleitores. Em Xai Xai, por exemplo, uma assembleia de voto ficou aberta até muito depois das 18:00 horas e continuou a contagem até às 05:45 horas da manhã seguinte, enquanto as duas assembleias de voto suas vizinhas foram capazes de fechar às 18:00, sem bichas e terminar a contagem às 21:00 horas. Num comentário emocionado, um observador na assembleia do Dondo elogiou o pessoal de uma mesa de voto e perguntou por que é que todos não podiam ser assim tão eficientes, e disse que a mesa de voto vizinha era "péssima".

O Sheik Abdul Carimo, porta-voz do Observatório Eleitoral, disse que o atendimento muito lento dos eleitores foi em parte devido à insuficiente formação do pessoal das assembleias de voto, nomeadamente a falta de formação prática e simulações.

No entanto, a lentidão do fluir dos votantes pelas assembleias de voto, não é apenas devido a má formação. A tarefa mais demorada no processo é que o presidente da mesa de voto explica o processo de votação individualmente, de cada eleitor. O *Savana* (21 Novembro) citou o exemplo de um presidente de assembleia de voto de Maputo que explicou o processo a quatro eleitores de cada vez. Isto pode ser uma violação das regras, mas pareceu dar resultado e as pessoas votaram de forma mais rápida. Mudar as regras para permitir que isto poderia acelerar processo de votação.

Ninguém deseja um regresso ao antigo sistema de arrastar a votação ao longo de dois dias, mas revelou-se impossível para a maioria das estações gerir o processo de votação num único dia. Seria possível duplicar o número das mesas de voto através da divisão do cadernos pela metade - os livros estão em ordem alfabética pelo primeiro nome, então eles poderiam ser divididos, por exemplo, como A - M e N - Z.

Mas, duplicando o número das mesas de voto seria quase duplicar o custo da eleição. Poderia ser mais barato rever as regras e dar ao pessoal das assembleias de voto uma formação mais intensa, mais longa e mais prática - que poderia incluir um dia de simulação no qual praticassem efectivamente como lidar com os eleitores e com a contagem dos votos.

De que forma se devem situar as cabinas?

A pergunta que surge em todas as eleições em Moçambique, é a colocação das cabines de voto, as estruturas de cartão onde os eleitores marcam os seus boletins de voto. O manual para o pessoal das mesas de voto tem desenhos que mostram a cabine com a abertura virada para a mesa do pessoal da assembleia de voto, e o desenho da página 7 do manual apresenta as cabines bastante perto da mesa.

Este ano, tal como nos anos anteriores, muitos observadores e os nossos jornalistas teceram críticas a isto. Dizem que é possível para o pessoal das mesas de voto e os delegados dos partidos ver como as pessoas votam. Especialmente quando o eleitor pega no boletim de voto para o dobrar, é bastante fácil de ver como eles votaram.

Alguns presidentes das assembleias de voto concordam com este ponto de vista, e deslocaram as cabines de forma a que a abertura estivesse em frente a uma parede. A CNE e o STAE poderão querer considerar uma mudança de política para esta questão.

Um único candeeiro não chega

O único candeeiro incluído no kit de materiais de votação não foi suficiente para a votação e a contagem depois de escurecer, nas escolas que não tinham electricidade. Muitas vezes, o pessoal trouxe os seus próprios candeeiros, lanternas, ou

faróis de carro ou moto.

Uma assembleia de voto em Nacala decidiu fechar e abrir à primeira luz da manhã. Os eleitores e o pessoal dormiram na assembleia de voto. A votação continuou e só terminou às 11 horas da manhã, altura em que começou a contagem.

Nulos importantes em despique apertado e para a fraude

Os votos nulos podem influenciar o resultado da eleição. Este ano, eles determinaram o resultado em Gúruè e, em 2003, determinaram o resultado em Marromeu. E os votos nulos tornaram-se uma das importantes formas de conduta fraudulenta nas eleições moçambicanas. Este ano, os votos nulos apontam para má conduta na Ilha de Moçambique, Monapo, Nacala e Beira.

A nível nacional, 2,7% dos boletins de voto para presidente foram deixados em branco e outros 3,2% foram considerados pelas assembleias de voto como nulos, principalmente porque eles aparentavam ter marcas para mais de um candidato. Ao todo, 41 071 boletins de voto nulos para presidente (e um número similar para as assembleias) foram enviados à CNE em Maputo, para nova apreciação. Destes, 18% (cerca de um em cada seis) foram considerados válidos pela CNE - "requalificados" - e incluídos nos totais finais.

Decidir se um voto nulo é realmente válido pode

ser um julgamento - um rabisco na caixa é um "desenho" e, portanto, inválido, ou é simplesmente a marca de um eleitor analfabeto e, portanto, válido?

A requalificação pode simplesmente ser uma indicação de pessoal mal treinado. Por exemplo, o pessoal de Catandica fez uma avaliação correcta e apenas 1% dos seus votos nulos foram considerados válidos. Mas algumas assembleias de voto optaram por uma linha dura e, às vezes, mais de um quarto dos votos nulos são aceites, porque a intenção do eleitor é clara.

No entanto, os nulos também podem ser um caminho para a fraude. Apenas dois municípios tinham níveis de nulos superiores a 8% em comparação com a média nacional de 3,3% - Ilha de Moçambique (8,6% para presidente e 7,7% a assembleia) e Monapo (8,8% e 8,7%). A requalificação dos nulos na CNE é aberta à imprensa e observadores, e o *Boletim* assistiu ao processo para a Ilha de Moçambique, Monapo e Nacala.

Tanto para a Ilha de Moçambique como para o Monapo, houve exemplos óbvios onde grupos inteiros de votos para a Renamo foram invalidados. Alguém na assembleia de voto colocou uma marca de tinta adicional sobre os boletins de voto para os invalidar. E o que tornou a marca adicional ainda mais óbvia, foi o facto de ela ter sido feita geralmente da mesma forma e no mesmo local em toda uma série de boletins de voto - provavelmente feito muito rapidamente quando o delegado da Renamo não estava a olhar.

Em Monapo, a Renamo alega que, na assembleia de voto 2196 o presidente desclassificou indevidamente 142 votos da Renamo e que, depois dos protestos da Renamo, membros da comissão eleitoral distrital interviram e aceitaram 82 desses votos.

Em assembleias de voto numa série de cidades, a Renamo apresentou protestos formais sobre o pessoal das mesas de voto que alegadamente terá utilizado tinta para invalidar votos da Renamo. Estas incluem Marromeu, Beira, Mocimboa da Praia e Angoche.

A vigilância durante a contagem continua a ser a chave de segurança, mas também é possível utilizar as estatísticas finais para procurar anomalias que possam sugerir fraude, como fazemos aqui.

Nulos colocam Aniceto acima do risco no Gúruè

Uma segunda volta no Gúruè foi evitada por apenas 6 nulos requalificados. Tal como em Nacala, a disputa entre a Frelimo e a Renamo era muito renhida, e os poucos votos dos dois candidatos menores significava que parecia improvável que o candidato da Frelimo ganhasse mais de metade dos votos - sendo necessário então uma segunda volta entre os dois candidatos com mais votos.

No Gúruè, o candidato da Frelimo, José Aniceto, teve 4934 votos (48,84%) e o candidato da Renamo, Latino Ligonha, 4686 (47,34%). Mas quando os nulos foram reconsiderados pela CNE, um terço deles foram considerados válidos, e quase todos eles a favor de Aniceto - 66 comparados com 28 para Ligonha. A contagem final deu a Aniceto exactamente 5000 (50,03%) e Ligonha 4714 (47,17%).

Mas os resultados estavam muito aproximados. Se Aniceto tivesse recebido apenas 60 em vez de 66 votos nulos requalificados, uma segunda volta no Gúruè tal como em Nacala iria ser necessária.

Esta é a segunda vez os votos nulos requalificados, fizeram a diferença. Em 2003, o candidato da Frelimo em Marromeu tinha uma pequena maioria, 1942 comparado com 1938 para o seu adversário da Renamo. Mas quando os nulos foram requalificados a CNE atribuiu apenas 14 para o candidato da Frelimo e 19 para o da Renamo, significando que ele ganhou por um único voto.

Metade dos nulos aceites na Beira e Nacala

Na Beira, para a assembleia, e em Nacala, para presidente, mais de metade dos votos nulos foram considerados válidos. Estas percentagens são elevadas, e fazem pressupor que houve qualquer coisa a mais do que apenas a deficiente formação do pessoal das assembleias de voto.

Em Nacala, para presidente, havia 2613 nulos - atingindo 5,3%, o dobro da média nacional. Destes, 1410 (54%) foram considerados válidos, e desses, cerca de dois terços favoreceram a Frelimo. O *Boletim* observou o processo de requalificação da CNE e o estranho nesses nulos foi que o pessoal normal das assembleias de voto não teria considerado esses boletins de voto nulos - eles foram claramente marcados correctamente e para Frelimo. Como entraram então na pilha dos nulos?

Em contrapartida, para a assembleia municipal de Nacala, havia apenas 2318 nulos (4,7%), dos quais 36% foram considerados válidos - mais para a Frelimo, mas não tantos.

O número de votos para o candidato e lista para

a assembleia da Frelimo e do candidato e lista para a assembleia da Renamo eram muito idênticos e perto dos 21 500 antes de requalificação. Ainda assim, parece ter havido 400 votos nulos para presidente a mais para a Frelimo, na pilha de votos nulos. Onde é que eles vêm? Uma possibilidade é a de ter havido menos 450 boletins de voto em branco para o presidente do que para a assembleia. Será que alguém, durante a contagem se apoderou dos votos em branco, os marcou para a Frelimo, e colocou-os na pilha dos nulos, sabendo que iriam ser validados pela CNE?

A Beira mostra um semelhante padrão perturbador, para assembleia municipal. Para presidente, 26% de nulos foram aceites como válidos - dentro do leque de possibilidades. Desses nulos, 750 foram para Daviz Simango, 134 para o candidato da Frelimo, Lourenço Bulha, 50 para o candidato da Renamo, Manuel Pereira, e 25 para os outros. Mas, para a assembleia, uma incrível cifra de 59% de nulos foram aceites como válidos e, desses, 1400 foram para a Frelimo, apenas 88 para a Renamo, e 84 para os outros concorrentes. A existência desses 1400 boletins de voto aceites pela CNE parece realmente muito estranha.

A Ilha das irregularidades

A Ilha de Moçambique tornou-se na ilha da má conduta numa eleição que, de outro modo, foi na generalidade bem administrada. A maioria das assembleias de voto da ilha foram afectadas por, pelo menos uma de quatro tipos de irregularidades:

- Anulação de boletins de voto com votos para a Renamo.
- Enchimento fraudulento das urnas,
- Encerramento das assembleias de voto, com pessoas ainda nas bichas, e
- Um esforço organizado para impedir os apoiantes da Renamo de votar.

Algumas das acções fraudulentas foram ao mesmo tempo grosseiras e óbvias. Ao assistir à requalificação dos votos nulos, vimos uma série de boletins onde havia uma mancha de tinta roxa (provavelmente a tinta indelével usada para marcar os dedos dos eleitores) principalmente na caixa do PDD, nos boletins de voto que tinha quer um X ou uma impressão digital na tinta castanha normal na caixa da Renamo. Não é concebível que os eleitores pudessem ter depositado nas urnas um boletim de voto invalidado desta maneira: uma vez que os eleitores só marcaram o dedo com a tinta roxa após a colocação do boletins de voto na urna, as manchas só podem ter sido feitas mais tarde, por alguém na assembleia de voto.

E na mesa de voto 528 na EPC (escola primária) 16 de Junho, depois da assembleia ter fechado mas antes da contagem e na frente de 8 observadores, o secretário da mesa de voto sentou-se calmamente a marcar presenças no cadernos eleitorais - marcando pessoas que não tinham votado durante o dia como se, de facto, tivessem votado. Um

observador registou a marcação de 50 nomes. Um exame dos resultados finais mostraram que a assembleia de voto tinha cerca de 90 boletins de voto mais do que a média para a Ilha e o candidato da Frelimo também teve 90 votos a mais que a média. Flagrante fraude de enchimento das urnas. Duas outras mesa de voto da mesma escola, a mesa 505 e a mesa 506, também tiveram uma afluência suspeitosamente alta - 86% e 83% em comparação com os 51% da Ilha como um todo.

A fraude foi de tal maneira, que parecia que algumas pessoas não se importavam em ser vistas a falsear os resultados.

Nos artigos a seguir, iremos analisar mais de perto as tentativas de excluir os eleitores da Renamo e a forma como os boletins de voto foram invalidados e, vamos também observar mais detalhadamente duas escolas.

Jovens organizados impedem a votação de eleitores mais velhos

Os observadores na Ilha de Moçambique notaram um fenómeno muito estranho - um grande número de jovens, aparentemente bem organizados, nas bichas de eleitores a falar com as pessoas mais velhas. Amigáveis e aparentemente tentando ser úteis, olhavam para os cartões de eleitor e informavam os eleitores mais velhos que estavam

no lugar errado, e deveriam votar noutra assembleia de voto mais distante, do outro lado da ilha. Na verdade, esses eleitores estavam no lugar certo. Mas foram-se embora, ficaram horas nas bichas da outra assembleia de voto, apenas para serem informados que deviam voltar à primeira. Muitos, simplesmente não se preocuparam mais em votar. Mas um grande número retornou.

Isso significou que em algumas assembleias de voto, as bichas de pessoas que esperavam para votar às 18:00 horas, a hora norma de encerramento das assembleias de voto, eram predominantemente idosas e que tinham ido para outra assembleia de votos e retornaram, tendo regressado à bicha bastante tarde, nesse dia. Por lei, quem ainda estivesse na bicha às 18:00 horas tinha o direito de votar e as assembleias de voto deveriam permanecer abertas para a votação.

Mas então outra coisa estranha aconteceu. O Observatório Eleitoral informou que na EP1 Jembesse, com 7 mesas de voto, e Nalia com 5, grupos organizados de jovens entraram nas assembleias de voto, logo após as 18:00 horas, gritando, empurrando e exigindo que as mesas de voto fechassem. Confrontadas com a interrupção, as 12 mesas de voto fecharam todas, privando centenas de pessoas idosas do seu direito de votar.

Esta parece ser uma tentativa organizada de impedir as pessoas mais velhas de votar. Mas porquê? Uma explicação é que se acredita que na Ilha os mais jovens votam Frelimo, enquanto pessoas mais velhas votam Renamo.

Invalidando os votos da Renamo

A Ilha de Moçambique tem uma percentagem de votos nulos relativamente elevada - 8,5% para Presidente e 7,7% para a assembleia municipal. Assistimos à requalificação dos nulos pela CNE e vimos vários grandes grupos de boletins de voto a favor da Renamo que acreditamos terem sido indevidamente marcados com tinta, como forma a invalidá-los. Por isso, pensamos que algumas centenas de votos a favor da Renamo foram indevidamente invalidados.

As pessoas votam quer com um X ou com uma impressão digital, e o voto é considerado nulo se existirem duas marcas para os candidatos ou se a intenção do eleitor não estiver clara. Em alguns casos o pessoal da assembleias de voto é demasiado rigoroso na interpretação das regras, por exemplo, declarando um boletim inválido quando há uma cruz sobre a foto do candidato em vez de ser na quadrado. Assim, há uma variação no percentual de votos considerados nulos. Por isto, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) reconsidera cada boletim nulo - e normalmente acaba aceitando alguns como válidos.

Existem, no entanto, duas formas do pessoal das assembleias de voto agir indevidamente. A primeira

é simplesmente a de considerar os boletins de um partido nulos, quando eles não o são. Isto é um procedimento incorrecto, mas não faz muito dano a longo prazo, porque os boletins podem, posteriormente, ser aceites pela CNE. A segunda, no entanto, é explicitamente fraudulenta - alguém durante o processo de contagem tem tinta escondida e coloca uma marca de dedo a mais nos boletins de voto de um partido, por forma a invalidá-los.

Vimos prova disto durante a requalificação dos nulos pela CNE, quando diversos grandes grupos de boletins de voto para a Renamo foram indevidamente marcados com tinta de forma a invalidá-los.

Comparando salas

A melhor maneira de olhar para indícios de conduta fraudulenta é comparar mesas de voto numa mesma escola. As pessoas da vizinhança registaram-se para votar na escola, de uma forma relativamente aleatória. São atribuídas 1000 pessoas para cada mesa de voto que se encontra numa sala de aula na escola e, em princípio, cada mesa de voto na mesma escola tem um padrão de voto muito semelhante. Assim, se uma mesa de voto numa escola se destaca com resultados dramaticamente diferentes, isso geralmente indica que há alguma coisa errada.

Consideremos as mesas de voto 506 e 507, lado a lado, na escola primária EPC 16 de Junho. A mesa de voto 506 teve uma afluência anormalmente elevada, de 83%, enquanto que a 507 teve uma afluência de 58%, muito semelhante à taxa média de 51% na Ilha. Na mesa de voto 506, houve 250 votos a mais, em comparação com a mesa 507, e quase todos foram para a Frelimo. Os eleitores nas duas salas deviam ser muito semelhantes - então devemos perguntar porque é que na mesa 506 votaram 250 pessoas a mais - e optaram pela Frelimo - do que aqueles que votaram na mesa 507? Parece, de forma muito suspeita, tratar-se de um caso de enchimento fraudulento das urnas.

Da mesma forma, as mesas de voto 511 e 512 na EP1 Nalia, lado a lado, registaram 135 e 19 votos nulos. Será razoável que tantas pessoas a mais na mesa 511 do que na 512 tenham marcado os boletins de voto incorrectamente? Parece bastante improvável.

É claro que comparações entre as salas não provam irregularidades cometidas, e que haverá necessariamente algumas diferenças entre salas ao lado uma da outra. Mas quando as diferenças são muito grandes, como nestes casos, elas apontam para, pelo menos, uma probabilidade muito grande da ocorrência de fraude. Às vezes comparações como esta sustentam acusações feitas por delegados partidários e observadores. Adiante, analisaremos cuidadosamente duas escolas na Ilha de Moçambique.

EP1 Jembesse

Na EP1 Jembesse, as 7 mesas de voto já tenham sido destacadas por terem fechado mais cedo, com as pessoas ainda na bicha. E, aparentemente, os dados parecem confirmar isso, tendo sido registada uma afluência de 43% comparada com os 51% da Ilha, como um todo. Além disso, duas mesas de voto específicas, a 527 e a 542, foram apontadas pelos observadores como problemáticas.

Na mesa 527 o delegado da Renamo queixou-se aos observadores que o presidente da assembleia de voto tinha acrescentado votos na urna depois de os observadores terem saído da sala. Olhando para os dados, a mesa 527 registou uma afluência apenas ligeiramente acima da média para a escola - 51% comparados com 43%. Mas a proporção de votos para a Frelimo era muito grande - 75% dos votos válidos, em comparação com 55% para as cinco mesas de voto "normais" na escola. Isto, no mínimo, indica que a queixa do delegado da Renamo deve ter fundamento.

A mesa de voto 542 tinha sido assinalada como suspeita pelos observadores, que quando chegaram, encontraram a sala de porta fechada e guardada pelo delegado da Frelimo. A atenção do *Boletim* tinha já separadamente sido alertada para o facto da existência de um elevado número de boletins nulos nesta mesa, 140 em comparação com uma média de 28 para as outras mesas de voto da escola, e também para a grande afluência registada. A tabela abaixo compara a mesa de voto 542 com a média de cinco outras na escola (excluindo a 527). Cada uma das cinco tinham entre 985 e 999 eleitores inscritos.

	542	Media
Total votos	561	423
Matata, Frelimo	338	199
Mamundo, Ren	82	160
Nulos	140	28

A mesa de voto 542 tem pelo menos 112 nulos a mais que a média e o candidato da Renamo, Gulamo Mamundo, tem também menos 78 votos que a média. Isto parece muito suspeito, como se um grande número de votos para Mamundo tivesse sido invalidado.

Além disso, esta mesa teve 138 mais votos na urna do que a média, enquanto que o candidato da Frelimo, Alfredo Matata, teve mais 139 votos que a média. Isso parece muito suspeito como enchimento fraudulento da urna, com 138 votos a mais atribuídos à Frelimo.

Os resultados para a totalidade das 7 mesas em Jembesse estão publicados no nosso website: http://www.cip.org.mz/pub2008/ndoc2008/93_EP1_Jembe-sse-Ilha_de_Moçambique-2008votes.pdf

EP1 Tocolo

A mesa de voto com o maior número de nulos na Ilha foi a 522 na EP1 Tocolo, que tinha a incrível cifra de 189 votos nulos. Comparámo-la à mesa de

voto 521, ao lado. Cada uma tinha 993 eleitores inscritos.

	522	521
Total votos	540	443
Matata, Frelimo	251	205
Mamundo, Ren	74	181
Nulos	189	24

Registamos aqui 97 eleitores a mais e 46 eleitores extra a favor da Frelimo, enquanto há um enorme número de nulos e 107 votos para menos a Renamo. Não parece razoável.

Outros incidentes na Ilha

Bem como os já citados, os observadores fizeram referência a vários outros incidentes na Ilha. O pessoal das assembleias de voto e delegados partidários votam em primeiro lugar, antes da assembleia de voto abrir ao público. Numa mesa de voto na EP1 Entete, o presidente deu boletins de voto a mais ao delegado da Frelimo. Isto foi visto pelo delegado da Renamo, que reclamou. A polícia foi chamada, e o presidente alegou que era simplesmente um erro, porque o papel do boletim de voto era muito fino.

Na EP1 Maciate, os observadores relataram um caos total, com até 50 eleitores dentro da sala para fugir à torreia do sol, e eleitores que tiveram de sair da sala pela janela, porque era impossível sair pela porta.

Na EP1 Jembesse (544), os observadores viram um eleitor a ser autorizado a sair sem ter a marca de tinta no dedo. Na EP1 Jembesse e EP1 Maciate alguns eleitores não foram obrigados a mostrar o dedo.

Houve queixas de presidentes de assembleias de voto que se recusaram a aceitar os protestos formais da Renamo.

Os observadores também registaram uma redução na imparcialidade à medida que a contagem foi avançando. Houve uma grande manifestação em volta da ilha para comemorar a vitória da Frelimo cerca de 9 horas da noite, e alguns presidentes das assembleias de voto começaram a congratular abertamente os votos da Frelimo.

Não apenas a Ilha

Exemplos isolados de má conduta semelhantes aos da Ilha foram relatados em várias partes do país.

Em Lichinga (mesa de voto 802, EP de N'siomba), o delegado da Renamo protestou que uma segunda impressão digital tinha sido adicionada para invalidar votos, e salientou que a nova tinta era de uma cor diferente. Esta mesa de voto teve 120 votos nulos, com apenas 412 pessoas inscritas nos registos.

Durante a requalificação dos nulos, o *Boletim* viu votos da Renamo invalidados de forma obviamente

abusiva em Monapo e Gondola. (Em Gondola, a mesa de voto 926 teve 13% de votos nulos, em comparação com 3% para o município como um todo, e teve também um número anormalmente baixo de votos a favor da Renamo.)

Em Metangula (697) o presidente e vice presidente da estação de voto, que votam em primeiro lugar, foram acusados de colocar, cada um deles, seis boletins de voto em cada urna. No início, o delegado da Renamo foi afastado da assembleia de voto.

Houve uma série de relatórios dos observadores da existência de mais boletins de voto nas urnas do que pessoas que votaram.

E na Beira e Gondola, houve relatos de jovens organizados dizendo aos eleitores mais velhos para ir para assembleias de voto erradas.

Quando os delegados não observam

O bom desenrolar das eleições depende de uma vigilância apertada sobre os acontecimentos por parte dos delegados dos partidos nas assembleias de voto - e relatámos no *Boletim* uma série de incidentes provocados por comportamentos

'Flagrante' violação da lei pela CNE, afirma o Conselho Constitucional

Uma "flagrante" violação da lei pela Comissão Nacional de Eleições levou o Conselho Constitucional a autorizar os três candidatos Renamo a concorrer ao posto de Presidente de Município, apesar de eles serem claramente inelegíveis.

É manifestamente claro que "a CNE nem observou, como lhe competia, os procedimentos e prazos legalmente estabelecidos, nem as precedências que se impunham", afirmou o Conselho Constitucional (CC), numa decisão que foi invulgarmente dura e crítica da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Permitir que candidatos não elegíveis concorram é uma triste consequência "da falta de rigor e inobservância da legalidade" por parte da CNE. "A estrita observância da legalidade constitui uma das garantias essenciais à transparência do processo eleitoral."

A decisão do CC julgou procedente o recurso da Renamo contra a desqualificação dos três candidatos a Presidente. Eles tinham sido incluídos na lista de candidatos aprovados pela CNE no dia 8 de Outubro e publicada em 16 de Outubro mas, depois, a 30 de Outubro CNE deliberou que eram inelegíveis, porque não preenchiam o requisito de viverem no município há pelo menos seis meses.

O CC é particularmente crítico em relação à CNE por aparentemente não ter lido um acórdão do CC em 2003 em circunstâncias semelhantes, em que se afirma explicitamente que a CNE não pode alterar a lista depois que ela ter sido publicada. Em qualquer caso, a deliberação de 30 de Outubro foi muito além do prazo limite para a publicação das listas dos candidatos que era a 20 de Outubro. E o CC observa que a CNE tomou três decisões no mesmo dia, 8 de Outubro, que eram contraditórias,

incorrectos identificados pelos delegados.

Mas algumas queixas mostram que os delegados não estavam a observar. Por exemplo, houve repetidas queixas acerca da votação por parte de menores de idade. Mas todas estas pessoas tinham cartões de eleitor, o que significa que, na altura do recenseamento, os delegados dos partidos não protestaram que estas pessoas tinham menos de 18 anos.

Da mesma forma, houve queixas sobre pessoas a votar mais de uma vez. Mas isso significa que o eleitor não mergulhou o dedo na tinta indelével, ou que o presidente da assembleia de voto não verificou o dedo do eleitor. Porque é que os delegados não registaram isso?

O enchimento fraudulento das urnas e a anulação de votos válidos com tinta deveria ser óbvio para um delegado que está a observar atentamente.

Em parte, isto deve-se ao facto de que os delegados da oposição não terem sido bem treinados para saber o que procurar. E não estavam bem organizados, em termos de pausas e de alimentação, de forma a garantir que um delegado estivesse sempre presente.

aceitando e rejeitando os candidatos ao mesmo tempo.

Em sua defesa, o CNE afirmou que a lista de 16 de Outubro "não tinha carácter definitivo".

Esta opinião é totalmente rejeitada pelo CC. O CC salienta que a lei não tem qualquer disposição para a publicação de listas provisórias, e que os prazos fixados por lei "são imperativos e não facultativos, e não podem ser substituídos por outros fixados pela CNE." As listas tornam-se definitivas de acordo com a lei, "e não nos termos de procedimentos ou de entendimentos da CNE, internos, informais e estranhos ao previsto na lei".

Devido ao facto de se ter estado a aguardar a decisão do Conselho Constitucional, o STAE imprimiu dois conjuntos de boletins de voto para as essas três cidades, com e sem a inclusão dos candidatos da Renamo a Presidente do Conselho Municipal.

O acórdão completo está disponível no site do Conselho Constitucional:

<http://www.cconstitucional.org.mz/UserFiles/File/Tsave/Acordaos/Acordao9cc2008.pdf>

O website do Conselho Constitucional (<http://www.cconstitucional.org.mz/>) também contém as decisões relativas às eleições de 2003 e 2004, sob o título Deliberações. Recentemente, mudou a sua terminologia, e as decisões deste ano são chamadas Acórdãos que estão numa secção diferente do site.

Organização e mobilização

Uma campanha eleitoral local sem precedentes por parte da Frelimo foi a característica dominante e estimulou uma grande afluência às urnas. A Frelimo colocou recursos organizacionais e financeiros na campanha, em muito maior escala do que nas eleições autárquicas anteriores, em 2003.

O partido mobilizou os seus membros para fazer uma campanha muito convencional, batendo às portas e falando com a vizinhança. Estas acções contaram ainda com a retaguarda de ministros e quadros superiores, a quem foram atribuídas províncias e estiveram em campanha grande parte do período de duas semanas. A Frelimo também realizou grandes "showmícios", afixou muitos cartazes e distribuiu bonés e camisetas. Uma importante demonstração de força em todos os lugares foram as caravanas com uma grande quantidade de carros e motos circulando pelas cidades e vilas.

A diferença com a Renamo foi gritante. A Renamo não tinha um escritório central da campanha e nenhum apoio central, de modo que a campanha foi realizada pelas sedes locais do partido, com os seus próprios recursos. A falta de dinheiro fez a diferença. Mas ainda mais importante foi a falta de organização. Mesmo onde Renamo tem uma forte base local, os seus membros não foram mobilizados.

Houve algumas excepções. Em Nacala um respeitado presidente do município, membro da Renamo, Manuel dos Santos, organizou uma boa campanha para a sua re-eleição, e o resultado foi muito próximo. No Gurué, o ex-padre Latino Ligonha fez subir os votos da da Renamo de 23% em 2003, para 47% este ano.

Os pequenos partidos e as listas de cidadãos não se organizaram durante os últimos quatro anos e não conseguiram impressionar.

A grande excepção foi na Beira, onde o actual e altamente bem sucedido presidente do município

Daviz Simango não foi escolhido como candidato da Renamo à última hora. Em poucos dias ele organizou uma candidatura independente e uma enorme campanha, a um custo relativamente baixo, e com base em apoiantes entusiastas. Ganhou 62% dos votos.

A vitória de Simango foi uma lição de como a organização é muito mais importante do que dinheiro.

Em contrapartida, o PDD de Raul Domingos, que tem sua base principal apoio na Beira, fez pouco trabalho de organização ao longo dos últimos quatro anos e ganhou um irrisório 2% dos votos. Numa entrevista à imprensa, Domingos atribuiu a falta de dinheiro para justificar a sua medíocre prestação, mas na realidade o que houve foi falta de organização e mobilização.

Esmagadora presença da Frelimo

A campanha da Frelimo foi concebida para mostrar que ela era o único partido e, portanto, o partido natural do governo. Isso foi feito, em parte, através da manutenção de uma esmagadora presença ao longo da campanha e no dia das eleições. As enormes caravanas de automóveis, a publicidade televisiva, e os showmícios foram parte dessa estratégia.

O partido governante tem sempre vantagem numa eleição. Numa democracia eleitoral, por exemplo, é correcto e adequado que ministros façam campanha para o seu partido durante uma eleição - e o seu perfil mais destacado, a sua notoriedade, vai naturalmente atrair mais multidões e mais publicidade, e suas promessas de apoio são, implicitamente, apoiadas pelo governo.

Mas houve uma inquietação substancial entre os observadores e os nossos correspondentes porque, em alguns casos, a Frelimo usou as suas vantagens de forma desleal. Por exemplo, em Quelimane, Chimoio e outros locais, altos funcionários do governo e do partido registaram-se como observadores nacionais "independentes". Isto é permitido nos termos da lei, porque eles se registaram como membros de ONGs. Mas não foi encarado como muito idóneo porque deu livre acesso aos quadros superiores do partido a todas as assembleias de voto.

Em alguns casos, as atividades da Frelimo chegaram a pisar o risco. Houve relatos generalizados de membros da Frelimo fazendo campanha nas bichas de voto. Tipicamente, um

Prevalência das questões locais

A campanha tem vindo a sublinhar questões locais, tais como mercados, água, escolas e estradas. Isto tem sido útil porque todos os partidos foram forçados a olhar mais de perto para as enormes necessidades na vilas e cidades. Mas todos os candidatos estão a fazer promessas enormes que provavelmente não poderão ser cumpridas devido aos bastante limitados recursos financeiros dos municípios.

Contudo, a elevação do perfil dado a estas eleições locais pela Frelimo, e o ênfase dado às questões locais, no âmbito da campanha, deverá ter o efeito de elevar a consciência do público em relação aos governos municipais eleitos - e de enfatizar também que os funcionários locais eleitos são responsáveis pelo desenvolvimento local e podem ser chamados à responsabilidade.

secretário de bairro da Frelimo ia votar, mas depois, ilegalmente, deixava-se ficar por perto da assembleia de voto a conversar com as pessoas na bicha. Um presidente de assembleia de voto chegou a parar o processo de votação até os funcionários da Frelimo que já tinham votado, saíssem da área.

Existem relatos generalizados dos nossos correspondentes sobre a utilização de veículos do estado - a nível nacional, provincial e local, bem como de empresas estatais e projetos, por parte da Frelimo. Isto tem sido particularmente evidente devido ao ênfase dado a grandes caravanas automóveis. Por exemplo, na Macia, que não é uma grande vila, registou números de matrícula de 14 carros do estado utilizados.

Existe uma linha muito fina entre a Frelimo usar e abusar da sua posição como partido predominante e governante, e há uma preocupação crescente de que nesta eleição, os membros da Frelimo tenham ido por vezes longe demais.

Pouca violência

O início da campanha foi marcada por violência esporádica, principalmente confrontos entre jovens de diferentes partidos. Mas após os primeiros dias, até mesmo esta pequena violência terminou, em grande parte; todos os partidos parecem ter refreado nos seus jovens apoiantes.

A polícia registou 145 casos de crimes eleitorais durante a campanha, incluindo as agressões físicas, ameaças, bem como a destruição de propaganda eleitoral das forças políticas rivais, segundo o adido de imprensa do Comando Geral da Polícia, Raul Freia.

Como de costume, em Moçambique, um perigo real são os acidentes de viação. Freia relatou a morte de duas pessoas e 25 feridos numa série de acidentes relacionados com as eleições. Um veículo conduzido por um parlamentar da Renamo bateu e matou um peão no Gurué, e um motociclista fazendo campanha para a Frelimo morreu quando a sua moto embateu num obstáculo na estrada, em Nacala.

Diário de campanha de Quelimane

Depois que no primeiro dia os concorrentes ao inquilino da Edilidade da cidade de Quelimane, apresentaram-se com caravanas desfilando e promovendo comícios em praças públicas, nestes dias estão a diversificar contactos com o eleitorado, privilegiando, quase todos comunicação interpessoal.

O candidato proposto pela Frelimo, Pio Matos, agora concorrente para renovar pela 3ª vez o mandato como edil da cidade de Quelimane, é quase que o único que ainda aparece frequentemente desfilando com uma enorme caravana de motorizadas, carros de “luxo” e camiões repletos de gente.

Tratam-se de mais 63 viaturas, que de acordo com Simão Fernando, do Gabinete eleitoral da Frelimo, em Quelimane, acompanham Pio Matos, nos seus movimentos de propaganda eleitoral.

Muitos destes meios, concretamente 90 por cento, saem de garagens de amigos, simples simpatizantes e militantes, interessados no sucesso da candidatura do partido da “maçaroca e batuque”, segundo esclareceu a fonte.

O candidato, que lançou-se ao público acompanhado pela chefe da Brigada, Luisa Diogo, também promove reuniões com grupos restritos e “invade” as ruas contactando eleitores porta-a-porta, nos mercados e residências.

Pio Matos tem todos os meios, que todos os candidatos querem para fazer confortavelmente a sua campanha eleitoral. Ele tem até as camisetas e bonés, até mesmo capulanas, que os seus adversários nesta corrida não as possuem.

O candidato da Renamo, Latifo Ismael Xarifo, faz campanha sem camisetas de propaganda e nos seus contactos apenas projectam sua imagem através de panfletos e cartazes ostentando sua fotografia. Apesar de um aparato de viaturas e motorizadas disponíveis para assegurar o movimento da sua brigada, Latifo Ismael, homem alto, forte e de barriga saliente, tem ignorado conforto, percorrendo as ruas a pé, em contacto porta-a-porta em residências da população suburbana.

O candidato da Renamo experimentou duas realidades no prosseguimento da actividade de campanha eleitoral. No mercado do Aquima, arredores da cidade, onde as pessoas vivem um clima de desilusão face às condições de precariedade a que estão expostas, a presença de Latifo Ismael foi acolhida com entusiasmo e satisfação.

Quando ele desembarcou da sua viatura, o candidato foi recebido com aplausos, danças e cantos. No seu percurso de banca em banca, Latifo Ismael Xarifo, foi dando pausa para cumprimentar pessoas, que o acolhiam com manifestações de dança e expressões de apoio.

Mas o candidato não teve o mesmo conforto popular num mercado perurbano, na zona de Sangravera, lá onde as pessoas não se comovem com a actividade política partidária.

Latifo confrontou-se com uma população antipática, que aparentemente não quer se comprometer com qualquer formação política, havendo uns que não querem ver qualquer cartaz em redor de sua casa. Neste bairro, as crianças são instruídas a marcar distância das comitivas de campanha.

Assim, Latifo Ismael comunicou-se com meia dúzia de pessoas, sem percorrer todas as bancas, porque os vendedores não manifestaram muito interesse, mantendo-se sentados como quem diz “temos outras prioridades”.

Pio Matos ganhou o seu terceiro mandato, mas Latifo teve um bom desempenho, arrecadando 44% dos votos.

Maria Isabel Sarmiento